
Artigo de Pesquisa - Dossiê Trabalho, Subjetividades e Práticas Clínicas

Trajatória Ocupacional e Sofrimento Psíquico-social de Migrantes Internacionais no Norte e Centro-Oeste do Brasil

Vanessa Catherina Neumann Figueiredo¹, Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schlindwein², Kamilla Sthefanie da Silva Araujo Echeverria³, Vinícius Eduardo Gama dos Santos⁴

¹ <https://orcid.org/0000-0002-0062-9234/> Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, Brasil.

² <https://orcid.org/0000-0002-5728-5161/> Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, Brasil.

³ <https://orcid.org/0000-0001-7971-3801/> Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, Brasil.

⁴ <https://orcid.org/0000-0002-3753-9486/> Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, Brasil.

Resumo

Este artigo tem como objetivo estabelecer uma comparação entre os resultados de duas pesquisas que investigaram a experiência de sofrimento psíquico-social de migrantes internacionais em busca de trabalho no Brasil. Para isso são apresentadas as diferentes privações e vivências no deslocamento, a inserção laboral e as expectativas de trabalho no norte e no centro-oeste brasileiro, por meio do método comparado de estudo de caso. Realizadas nas cidades de Corumbá e de Porto Velho, as pesquisas foram fundamentadas na Psicodinâmica do Trabalho e se valeram de conceitos da psicossociologia e do enfoque intercultural na análise das dificuldades vivenciadas para a garantia dos direitos básicos aos migrantes. As duas pesquisas revelaram a inserção marginal de migrantes no mercado de trabalho brasileiro, impeditivo de reconhecimento e de integração ao novo país. A condição precária caracterizada pela discriminação apareceu acompanhada dos sentimentos de insegurança, impotência, tristeza, vergonha, ansiedade e angústia, indicando o desafio ainda existente da inclusão social e acesso a empregos decentes no país.

Palavras-chave: Migração humana, Precarização do trabalho, Vulnerabilidade social.

Occupational trajectory and psychological-social suffering of international migrants in the north and center-west of Brazil

Abstract

Submissão: 10/06/2024

Aceite: 03/07/2024

Editora Responsável: Liliam Deisy Ghizoni

Editora de Leiante: Natália Salm Loch

Editora Administrativa: Thamyris Pinheiro Maciel

Como citar este artigo: Figueiredo, V. C. N., Schlindwein, V. L. D. C., Echeverria, K. S. S. A., & Santos, V. E. G. (2024). Trajetória Ocupacional e Sofrimento Psíquico-social de Migrantes Internacionais no Norte e Centro-Oeste do Brasil. *Revista Trabalho (En)Cena*, 9(Contínuo), e024035. <https://doi.org/10.20873/2526-1487e024035>

This article aims to establish a comparison between the results of two studies that investigated the experience of psychological and social suffering of international migrants in search of work in Brazil. To this end, the different deprivations and experiences in displacement, labor insertion and work expectations in the North and Midwest of Brazil are presented, through the comparative method of case study. Carried out in the cities of Corumbá and Porto Velho, the researches were based on the Psychodynamics of Work and used concepts of psychosociology and the intercultural focus in the analysis of the difficulties experienced to guarantee the basic rights of migrants. The two researches revealed the marginal insertion of migrants in the Brazilian labor market, preventing recognition and integration into the new country. The precarious condition characterized by discrimination was accompanied by feelings of insecurity, powerlessness, sadness, shame, anxiety and anguish, indicating the still existing challenge of social inclusion and access to decent jobs in the country.

Keywords: Human migration, Precarious work, Social vulnerability.

No final do século XX, em escala global, intensificou-se o fluxo migratório não apenas nos países centrais, mas também nos periféricos, para os quais refugiados e migrantes internacionais têm se deslocado em busca de oportunidades de carreira ou por um trabalho que gere renda e permita o sustento familiar (Cavalcanti et al., 2023; Villen, 2015). Entre os aspectos envolvidos nesse processo de mudança estão a situação política, demográfica, socioeconômica e ambiental do país de origem, assim como exercer um trabalho informal, ganhar um salário irrisório, não ter acesso ao sistema de saúde são macro fatores propulsores da migração forçada nacional ou internacional, sendo que a existência de ligações familiares ou comunitárias através do uso de tecnologias de comunicação acaba despertando a vontade dos indivíduos de ali se radicarem. Ainda, aspectos como educação, religião, identidade de gênero, estado civil e atitude pessoal são micro fatores envolvidos neste contexto (Castelli, 2018).

A decisão em deixar o país de procedência ocorre após uma complexa avaliação acerca da condição experimentada na trajetória de vida e trabalho. Neste percurso, os migrantes encontram uma série de dificuldades para regularizar sua permanência ou não no local de residência, sendo esta, muitas vezes, “terra de passagem” [*grifo dos autores*]. Appleyard (1991) classifica a migração laboral como permanente quando os trabalhadores são efetivos e regulares no país; é temporária, quando o contrato laborativo é por tempo determinado de dois anos e as pessoas estão em trânsito no país; e é clandestina, quando não têm vínculo contratual formal e entraram ilegalmente, por turismo ou falhas no registro fronteiriço.

Nesta travessia para outro país os migrantes encontram condições difíceis e situações desafiadoras, capazes de fragilizar a manutenção da condição laboral e prejudicar a saúde mental, conforme cada etapa da jornada (antes de partir, a viagem e a chegada no destino)

(Kirmayer et al., 2011). Entre as dificuldades na partida para outro país está o afastamento de vínculos afetivos e o ajuste a diferenças culturais, implicando na troca de hábitos, costumes e na ponderação da autoestima, dadas as transformações no prestígio e na vida profissional (Coutinho et al., 2012; Martins-Borges, 2013).

A jornada migratória é constituída por três fases, cada uma com suas características e riscos à saúde mental. A fase pré-migratória é composta por fatores socioeconômicos do país de origem (apoio e assistência recebidos), avaliação dos atributos pessoais (status social, relacionamentos, personalidade e aspectos fisiológicos) e necessárias rupturas ao partir, sendo elementos geradores de aflição a inexistência de autorizações legais e de recursos para a viagem, a violação de direitos, as perseguições, as rupturas com a comunidade e com a cultura (Bhugra, 2004; Giulia et al., 2018; Kirmayer et al., 2011). Nesta etapa, os emigrados por conflitos armados apresentam maior chance de ter depressão, ansiedade generalizada e transtorno do estresse pós-traumático (Mesa-Vieira et al., 2022).

A etapa denominada migração engloba o transporte utilizado, o tempo e os recursos, os documentos e demais elementos logísticos e burocráticos envolvidos no trajeto, durante o qual a exposição a situações de preconceito, violências diversas, perdas e incertezas de conseguir sair de seu país e entrar no destino desejado são capazes de gerar afetos de desmoralização, desilusão e depressão (Bhugra, 2004; Kirmayer et al., 2011). Já no estágio pós-migratório, quando marcado por segregação, dificuldades socioeconômicas e obstáculos para conseguir moradia, trabalho, alcançar estabilidade social e acessar serviços, o ajustamento ao novo país causa sensação de perda e solidão (Kirmayer et al., 2011). Também durante a adaptação e integração ao novo país, O'donnell, Stuart e O'donnell (2020) constataam o aumento da degradação da saúde mental e o sofrimento mental severo quando os refugiados experimentam dificuldades financeiras. Por outro lado, o trabalho e a estabilidade econômica são elementos cruciais de proteção para a saúde mental na chegada ao novo país, extremamente relevantes na regulação da angústia, da ansiedade e do adoecimento mental (Kirmayer et al., 2011).

Considerando-se a migração um evento potencialmente traumático, já que implica nas várias perdas experimentadas e elaboração de lutos (Pussetti, 2010), é através do trabalho que é possível a construção de um novo espaço de reconhecimento e de identidade para além do lugar da patologia. A partir da abordagem da Psicodinâmica do Trabalho (PdT) é possível analisar a mobilização subjetiva e engenhosidade envolvidas na trama trabalhar-sofrer-reconhecimento-prazer, sendo a categoria trabalho central para a edificação

da identidade, desenvolvimento da inteligência e de habilidades, assim como promotor da saúde mental (Dejours, 2022b).

Embora para Dejours (2011) o sofrimento esteja sempre presente no ato de trabalhar, sendo exatamente na falha do prescrito que o trabalho real acontece, é também nessa lacuna que se dá a chance de o sujeito colocar em ação seu saber-fazer e sua inteligência prática, se desenvolver e cooperar para a realização do trabalho. Sendo o sofrimento um sinal clínico a ser observado que pode derivar na sublimação ou no adoecimento, quando há a possibilidade de usar a própria inventividade e ser respeitado pela inovação e singularidade trazida ao coletivo, as aflições são ressignificadas através do reconhecimento da identidade profissional no grupo onde se inscreve. Para além do registro formal junto aos colegas, a certificação da utilidade do que produz gera a sensação de pertencimento à classe trabalhadora, de modo a responder às aptidões e competências exigidas pelo mercado laboral.

No caso de migrantes internacionais, para além da certificação de suas capacidades para a produção, o reconhecimento da beleza do seu trabalho é capaz de favorecer a ressignificação do sofrimento, a partir da constatação coletiva da contribuição criativa, inusitada e original para a superação de imprecisões e constrangimentos nos arranjos laborais. Assim, quando a certificação da singularidade de imigrantes gera a sensação de pertencimento ao coletivo profissional, a inscrição livre do seu trabalho na cultura organizacional promove bem-estar e satisfação.

Para ser entendido não só como um infortúnio, mas como um modo de resistência à sujeição social e um mediador da emancipação, o trabalho pressupõe a existência de elos entre a subjetividade ligada à tarefa e à cooperação coletiva, cujo arranjo depende da dimensão sociopolítica. Segundo Dejours (2022a), se no plano individual a inventividade e a engenhosidade ligadas à criação são capazes de expandir a subjetividade e edificar a identidade, constituindo-se em pautas de interesse de doutrinas atentas ao destino da condição humana, a cooperação através da ética no trabalho está comprometida com a “questão do viver junto, da civilidade e da esconjuração da violência” (p. 209), dado o exercício democrático de justiça, lealdade e solidariedade potencializado no ato de trabalhar.

Quando o migrante se encontra à margem do mundo do trabalho, desempregado ou sem acesso a um trabalho decente, fica também privado da capacidade de conseguir recursos para viver e de um ambiente para construção de sua identidade e expressão de sua individualidade (Dejours, 2011). A condição de migrante e/ou refugiado em si representa um risco inerente à existência humana, principalmente, porque expõe frequentemente essa população a alternância entre o desemprego e o subemprego, cujo modo de existência sem

temporalidade contínua leva à ruptura do vínculo social característica da condição de desfiliação, precarização e vulnerabilidade social.

Numa perspectiva psicossociológica, Castel (1997) demonstra a relação existente entre o âmbito do trabalho e da inserção relacional, que determina a existência social dos indivíduos. O trabalho, além de configurar-se como meio de subsistência e construção da identidade, também se constitui como a maneira pela qual o indivíduo é inscrito na estrutura social. A inserção relacional constitui-se nos vínculos sociais estabelecidos pelo sujeito que possibilitam a integração social e o pertencer a uma comunidade. Para o autor, os desempregados estrangeiros tornam-se vulneráveis e constituintes da marginalidade, dos abandonados pelo progresso, submetidos a formas precárias de trabalho e dependentes de apoios de emergência, produzindo desalento e riscos de desfiliação.

Diversos autores como Jubilut, (2015), Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2021), Silva e Pessoa (2023) e Viana (2020) denunciam a situação de violação de direitos dos imigrantes ou ainda os obstáculos de acesso a serviços como saúde, educação, trabalho e às políticas assistenciais básicas. Os migrantes e/ou refugiados, em geral, não conhecem a legislação local brasileira, da Consolidação das Leis do Trabalho [CLT], estando mais sujeitos a ocupar empregos não qualificados no setor informal ou subempregos, caracterizados por condições precárias, por vezes análogas à escravidão, sendo urgente a atuação de associações de migrantes para que denúncias acerca da precarização no trabalho cheguem, o quanto antes, aos que podem legislar a partir de uma ética humanizada e inclusiva (Oltramari et al., 2023).

A condição de migrante e/ou refugiado representa uma ameaça permanente à subsistência humana e à desigualdade social, leva sujeitos a um esforço permanente de “sobrevivencialismo”, voltados somente na preservação da própria existência (Sawaia, 2007, 2009, p. 370). A insegurança social junto à necessidade de adaptação a uma nova cultura, trabalho e relações interculturais, pode levar a um sofrimento de caráter ético-político, processo psicológico poderoso na reprodução das desigualdades, injustiças e ameaça permanente à existência, à mobilidade e à vida digna. Ademais, o ajuste a novos costumes e a integração a uma comunidade diferente podem culminar na sensação de pertencimento e inserção, ou acarretar isolamento e alienação (Bhugra, 2004). Quando vigoram políticas racistas, discriminatórias e excludentes que acentuam a iniquidade, a desesperança por uma vida melhor no novo país faz emergir ou intensificar afetos melancólicos e depressivos (Bhugra, 2004, p. 132; Kirmayer et al., 2011; *World Health Organization* [WHO], 2018).

A partir destas discussões, o artigo tem como objetivo estabelecer comparação entre os resultados de duas pesquisas que investigaram a experiência de sofrimento psíquico e social

de migrantes internacionais em busca de trabalho no Brasil. Para isso, são apresentadas as diferentes privações e vivências no deslocamento, a inserção laboral, as expectativas de trabalho no norte e no centro-oeste brasileiro, assim como as limitações e avanços da política brasileira com migrantes e/ou refugiados no país.

Método

Foi realizado um estudo de caso comparado em psicologia, visando a análise de experiência de sofrimento psíquico e social de migrantes internacionais desempregados na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, e na cidade de Porto Velho, Rondônia. Levando em conta que o estudo de caso é capaz de ecoar realidades diversas e singulares de grupos e comunidades (Yin, 2015), a comparação usada no artigo possibilitou a investigação do processo sócio-histórico contemporâneo, capaz ou não de promover o sentido de pertencimento, propósito e identidade compartilhada. Ainda, guiada por uma postura teórico-crítica envolvendo conceitos da psicossociologia e da Pdt, a abordagem comparativa dos casos apresentados permitiu a investigação intercultural das relações de dominação, exploração, poder e supremacistas, ao viabilizar a interpretação dos grupos localizados em diferentes lugares na relação com a cultura em seus atravessamentos sociopolíticos e econômicos (Bartlett & Vavrus, 2017).

O método comparativo entre os estudos de caso utilizou de técnicas não similares, mas semelhantes para comparação do fenômeno estudado (Vidal, 2013). Assim, seguindo o modelo de Barlett e Vavrus (2017), o estudo de caso comparado articulou uma análise vertical, na configuração da política nacional de imigração no que tange ao acolhimento e direito ao trabalho no Brasil; a avaliação horizontal, que combinou os processos de saúde mental e precarização do mundo do trabalho no que tange ao sofrimento psíquico-social dos dois grupos no Brasil (norte e centro-oeste); e a análise transversal traçou a historicidade por meio das dificuldades na jornada migratória, da história de vida e de trabalho nos dois casos estudados. As duas pesquisas tiveram em comum o objetivo de investigar o sofrimento psíquico-social e a vulnerabilidade de migrantes em sua trajetória e integração laboral no Brasil, levando em conta sua situação ocupacional de desemprego. Conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2016), a situação de desemprego aberto é aquela em que o indivíduo está efetivamente em busca de emprego há pelo menos um mês e sem desenvolver nenhuma ocupação na última semana; o desemprego oculto por trabalho precário é quando a ocupação se dá em trabalhos informais, temporários,

por vezes se auto empreendendo, sem garantias ou sem remuneração, mas se deseja mudar de situação há pelo menos um mês; e desemprego oculto por desalento é quando o indivíduo está inativo ou raramente trabalha, mostrando-se desanimado para buscar emprego por conta do mercado de trabalho ou situações fortuitas nos últimos 30 dias, mesmo precisando de renda e estando disponível para trabalhar há um ano, exercendo especial importância para a inatividade o recebimento de auxílios, pensão ou benefícios.

Caso 1

Tratou-se de um estudo exploratório de tipo misto que investigou a saúde mental de migrantes em situação de desemprego por trabalho precário e desemprego temporariamente acolhidos na Casa do Migrante, instituição pública localizada no município de Corumbá-MS, fronteira do Brasil com a Bolívia, no ano de 2022. Todos os 12 acolhidos na instituição foram convidados a participar voluntariamente da pesquisa, sendo nove venezuelanos, dois colombianos e um chileno, seis homens e seis mulheres, entre 18 e 62 anos.

Foi aplicado o método da história de vida (Nogueira et al., 2017), sendo o conteúdo referente à trajetória laboral identificado e avaliado através de conceitos da Pdt; esta análise foi complementada pela avaliação psicológica feita através da aplicação de testes e escalas de saúde mental. Foi também aplicado um questionário sociodemográfico composto por perguntas sobre gênero, nacionalidade, idade, estado civil, grupo étnico e cor; jornada migratória, documentação, destino, disponibilidade de recursos para seguir viagem, experiência migratória, com quem o participante estava se deslocando e a motivação para essa migração; moradia e composição familiar, situação e histórico de ensino e trabalho dos participantes, nível de escolaridade, capacitação profissional; a idade com que tinha começado a realizar atividades laborais, se estudava no momento da pesquisa, se possuía conhecimentos sobre informática/computação, se recebia algum benefício do governo federal, se trabalhava e a renda naquele momento, número de desempregados na família e histórico de recusa de proposta de trabalho, expectativas e opinião acerca das oportunidades de emprego no Brasil.

Considerando que a pesquisa foi realizada durante a pandemia, investigou-se o diagnóstico ou sintomas de Covid 19 no indivíduo ou familiares, se tinha sido vacinado contra a Covid, além do uso de medicamentos, gestação e doenças preexistentes. Foram avaliadas as seguintes dimensões da saúde mental: depressão, ansiedade, transtorno do estresse pós-traumático, experiências potencialmente traumáticas e o sofrimento psíquico-social pela situação de desemprego.

O estudo seguiu as normas e diretrizes definidas pela resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2013) que regula estudos envolvendo seres humanos. Seu início se deu somente após submissão e aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa, estando na Plataforma Brasil sob registro CAAE nº 53121921.3.0000.0021, e teve autorização institucional para sua realização. Os migrantes selecionados para contribuir com a pesquisa foram comunicados sobre os objetivos e os procedimentos do estudo. Foram obedecidos os fatores éticos de privacidade, anonimato e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Caso 2

A pesquisa teve caráter qualitativo, do tipo exploratório-descritivo, e foi realizada no ano de 2021-2022. Foram entrevistados 14 migrantes e/ou refugiados com idade entre 23 e 57 anos, oito trabalhadoras eram do gênero feminino e seis eram masculinos. Nove eram cidadãos da Venezuela, três de Cuba, um do Haiti e um da Bolívia. Os venezuelanos tinham maior número de filhos, a média foi de cinco filhos cada um, mas nem todos acompanharam seus pais, cinco filhos permaneciam em outros países (02 em Cuba, 02 na Venezuela e 01 na Espanha).

As entrevistas foram concedidas no serviço do Sistema Nacional do Emprego - SINE (Estadual), na Central de Informação aos Migrantes e Refugiados de Rondônia e na Casa de Passagem Esperança (ADRA). Os dados foram coletados através da aplicação de um Questionário Sociodemográfico (QSD) elaborado pelos pesquisadores, e sistematizados através da ferramenta de análise de dados do Excel, Office versão (2019), e da plataforma de análise textual Iramuteq versão (7.0).

O QSD contempla informações como identificação de nacionalidade brasileira ou imigrante, estado civil, sexo, idade, filhos, renda familiar, provedor, com quem residem, contatos, escolaridade, profissão, se recebe seguro desemprego, se faz algum trabalho informal, mecanismos já utilizados para a busca de emprego, mecanismos de enfrentamento que utiliza para lidar com o desemprego, última ocupação, tempo de desemprego, motivos do desligamento no último trabalho, e sentimentos e dificuldades relacionados ao desemprego.

Foram convidados a participar voluntariamente do estudo trabalhadores e trabalhadoras migrantes e/ou refugiados em busca de uma vaga para emprego no Brasil. Como critérios de inclusão para participar da pesquisa foram definidos: a) ter idade igual ou

superior a 18 anos; b) disponibilidade para participar da pesquisa; c) estar em situação de desemprego; d) ter capacidade física e mental para responder a entrevista.

Como procedimento ético o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade (CAAE: 60718816.5.0000.5300). No momento da entrevista foi apresentado um TCLE aos participantes e às instituições que aceitaram a realização do estudo; somente após o aceite foram realizadas as entrevistas.

Resultados

A experiência na fronteira Brasil-Bolívia

Para compreender as experiências de vulnerabilidade psicossocial das pessoas em deslocamento internacional na fronteira Brasil-Bolívia, foi feita uma pesquisa (Echeverria, 2023) com o objetivo de compreender a saúde mental e as vivências traumáticas capazes de fragilizar psicologicamente ou exacerbar o sofrimento de sujeitos em processo migratório, que estavam em situação de desemprego ou inatividade na cidade de Corumbá/MS.

Nos últimos anos, a atividade migratória no estado de Mato Grosso do Sul tem sido formada, em sua maioria, por cidadãos paraguaios, bolivianos, haitianos, venezuelanos, colombianos, bengalis e africanos; todavia, a maioria não fixa residência nas cidades do estado, mas se utiliza das fronteiras como corredor e se direciona para as grandes cidades do país (Amaral & Zephyr, 2016; Araujo & Coimbra, 2015; Corrêa et al., 2018; Jubilut, 2015). Essa é a realidade de Corumbá, situada na fronteira do Brasil (Mato Grosso do Sul) com a Bolívia (Puerto Quijarro), cujo número de migrantes que ali se estabelece se restringe àqueles com familiares ali radicados, emprego ou estudo em vista. Já os migrantes internacionais que precisam permanecer por um período mais longo por contratempos (Ferraz & Oliveira, 2009) acabam recorrendo à Casa do Migrante, instituição pública municipal inaugurada em julho de 2020 que permite a permanência até por três dias daqueles que necessitam de acolhimento emergencial e humanizado, com lugar para alimentação, dormir, fazer sua higiene pessoal e onde recebe orientações diversas. A entidade funciona 24 horas/dia e serve de abrigo, ajuda a encontrar caminhos para a regularização documental e, até mesmo, viabiliza o acesso a algum serviço público de saúde. Em 2022, a instituição acolheu 1.869 pessoas, principalmente venezuelanos (n=1576), bolivianos (n=49) e argentinos (n=29) (MigraCidades, 2022, p. 15). Composta por 11 profissionais (entre eles 2 assistentes sociais e 1 psicólogo), a Casa do Migrante recebeu o Selo MigraCidades concedido pela agência da ONU para migrações, pela

Organização Internacional para as Migrações (OIM) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Foram convidados a participar da pesquisa todos os imigrantes ali acolhidos no ano de 2022, os quais foram avaliados em seus níveis de ansiedade, depressão e estresse pós-traumático; foram levantadas as experiências traumáticas nas etapas da pré-migração, migração e pós-migração; e mensurado o sofrimento psíquico e social relacionado ao desemprego/inatividade. Assim, além da observação da história de vida, cada participante respondeu a um questionário sociodemográfico (com questões sobre migração, trabalho e saúde (Echeverria & Figueiredo, 2022); ao *Patient Health Questionnaire* [PHQ-9] (Spitzer et al., 1999), que avalia a presença e gravidade de sintomas depressivos; à *List of Migration Experiences* [LiMEs] (Aragona, Pucci et al., 2014), uma escala disponível na língua portuguesa (Bolassél & Kristensen, 2018) que apreende as experiências de sofrimento capazes de levar a traumas durante o processo migratório; e à Escala de Avaliação de Sofrimento Psíquico-Social de Trabalhadores Desempregados (EASPST) (Veiga & Silva, 2007), que mensura os sintomas psicológicos e os impactos sociais relativos às situações de marginalização ocupacional.

Participaram do estudo 12 migrantes (Figura 1), nove provenientes da Venezuela (75%), dois da Colômbia (16,7%) e um do Chile (8,3%). Em relação ao gênero, seis eram homens (50%) e seis eram mulheres (50%). Quanto ao estado civil, cinco (41,6%) declararam ter um companheiro, seja por casamento ou união estável, seis eram solteiros (50%) e uma era viúva (8,3%). A idade dos participantes variou entre 18 e 62 anos, sendo que quatro (33,3%) tinham menos de 25 anos, sete (58,3%) entre 25 e 44 anos e um (8,3%) entre 44 e 60 anos, demonstrando a maior disposição de jovens no deslocamento internacional. Onze deles (91,7%) eram migrantes de passagem, ainda em viagem, e não tinham Corumbá como seu destino final.

Embora dois entrevistados tivessem relatado apoio financeiro para seguir viagem até seu destino final, encontrando-se assim inativos, os outros dez estavam em condições bastante precárias de sustento, até mesmo para prosseguir sua jornada, necessitando angariar fundos através de trabalhos temporários; dois deles, Denis e Daiane (n=2; 16,7%), recebiam entre um e dois salários-mínimos, valor do benefício do Auxílio Brasil diante da precariedade de vida. Entre os que conseguiram se inserir em trabalhos precários, Patrícia (n=1, 8,3%) trabalhava como autônoma fazendo tranças e informou receber menos de um salário-mínimo e Antônio (n=1, 8,3%) trabalhava no setor da construção civil, ganhando entre um e dois salários mínimos. Erico se absteve de responder essa questão, embora os funcionários da Casa do

Migrante tivessem relatado que ele trabalhava como auxiliar de lava-jato (n=1, 8,3%); Ricardo, Jane e Rosana mencionaram não possuir fundos para seguir viagem, utilizando-se do recurso de pedir dinheiro no semáforo para levantar os valores necessários para a passagem até seu destino final (n=3, 25%); Regis e João (n=2, 16,7%), de maneira similar, vendiam seus artesanatos nas ruas e semáforos como forma de conseguir sua renda. Os demais participantes (n=2, 16,7%) declararam ter renda ou ajuda financeira para seguir viagem até o destino, lugar onde iriam se estabelecer e trabalhar.

Sobre a inserção ocupacional (Figura 1), oito (66,7%) encontravam-se em situação de desemprego oculto por trabalho precário e quatro (33,3%) transitavam entre desemprego oculto por desalento e inatividade. Os que estavam de algum modo trabalhando desempenhavam ocupações em postos de trabalho menos qualificados, em funções como servente de pedreiro, lavador de carros, vendedor de artesanato, pedinte de semáforo, trancista¹, de baixa remuneração, nos quais os nativos preferem não se sujeitar. Sobre o potencial para empregabilidade, oito (66,7%) possuíam capacitação profissional e cinco (42%) tinham conhecimento de informática/computação, embora a escolaridade apresentada variasse entre não alfabetizado (n=1, 8%), ensino fundamental (n=4, 33,3%), médio (n=6, 50%) e superior (n=1, 8%), e ninguém estivesse estudando no momento da aplicação da pesquisa. A falta de estudo foi reportada como o principal entrave para a inserção no mercado de trabalho brasileiro (n=8, 66,7%), seguido da falta de experiência (n=6, 50%), falta de vagas de emprego (n=4, 33,3%) e discriminação por nacionalidade/etnia/cor (n=4, 33,3%).

A necessidade de encontrarem meios de sustentar a família movimentou a migração para o Brasil, já que seis deles (50%) afirmaram a existência de parentes dependentes e sem emprego. Quanto às expectativas sobre o mercado de trabalho brasileiro, apenas um (8,3%) acreditava que ter o ensino fundamental seria suficiente para garantir um emprego com segurança e condições mínimas de trabalho no Brasil, três (25%) apostaram na suficiência do curso técnico e quatro (33,3%) tinham em mente a necessidade do ensino superior para a inserção em um emprego decente.

Quanto à saúde mental (Figura 1), foram constatados níveis consideráveis de depressão em sete deles, expressos em sintomas como anedonia, humor deprimido, problemas do sono, fadiga, mudanças no apetite, sentimento de inutilidade ou culpa excessiva, problemas de concentração, agitação psicomotora e até mesmo ideação suicida. Foram também marcados sintomas depressivos (tristeza, choro, culpa, ideação suicida), de ansiedade

¹ Atividade ocupacional realizada por mulheres negras na contemporaneidade, de estilizar cabelos afro e criar tranças (Santos, 2022).

(tensão e nervosismo, preocupação excessiva e recorrente, irritabilidade, insônia), somáticos (cefaleia e fadiga), e confusão (lapsos de memória, de atenção, sentir-se perdido, desorientação a nível temporal). Considerando a presença de depressão em algum nível dentre os participantes, foram analisadas as vivências assinaladas nas diversas fases da trajetória migratória.

Figura 1

Perfil sociodemográfico de imigrantes internacionais acolhidos na Casa do Migrante em Corumbá, 2022

Nome fictício	Nacionalidade	Ocupação anterior	Ocupação no Brasil	Saúde mental
Ricardo	Venezuela	Motorista de caminhão	Pedinte no semáforo	Depressão moderada e ansiedade severa
Jane	Venezuela	Massagista	Pedinte no semáforo	Depressão moderadamente grave e ansiedade severa
Keila	Venezuela	Serviços gerais	Desemprego oculto por desalento/ Inativa	Depressão e ansiedade leves
Rosana	Venezuela	Vendedora ambulante	Pedinte no semáforo	Depressão grave e ansiedade severa
Dayane	Venezuela	Caixa, computação e administração	Auxílio Brasil, sem trabalhar	Depressão e ansiedade leves
Denis	Venezuela	Pintor automotivo	Auxílio Brasil, sem trabalhar	Depressão moderadamente grave e ansiedade leve
Erico	Chile	Estudante	Ajudante de lava-jato	Depressão leve e ansiedade mínima
Regis	Colômbia	Vendedor	Artesão	Depressão e ansiedade leves
João	Colômbia	Vendedor	Artesão	Depressão e ansiedade leves
Antônio	Venezuela	Não informado	Construção civil	Depressão moderadamente grave e ansiedade moderada
Paula	Venezuela	Não informado	Cozinheira, trancista	Depressão moderadamente grave e ansiedade

				moderada
Mirian	Venezuela	Técnica de enfermagem	Desemprego oculto por desalento/Inativa	Depressão moderadamente grave e ansiedade mínima

Nota: Elaborado por Echeverria e Figueiredo (2022)

Antes de partir

O estágio pré-migratório consiste nas ocorrências antes do itinerário, quando o sujeito ainda se encontra em seu país de origem (Kirmayer et al., 2011). Para Martins-Borges (2013), Mesa-Vieira et al. (2022) e Zimmerman et al. (2011), os eventos traumáticos antes de partir intensificam a vulnerabilidade social e incrementam a chance de sofrimento mental. Entende-se que os migrantes em exílio forçado, seja por razão financeira ou por estarem em busca de melhores condições de vida, estão mais propensos a reportarem eventos traumáticos por estarem escapando de um território repleto de sofrimento psíquico e adversidades sociais.

Em geral, os relatos dos entrevistados tiveram mais expressividade na categoria “experiências traumáticas intencionais e genéricas”, que ligadas a eventos adversos de vida e nas guerras/conflitos (Aragona, Castaldo et al., 2020; Aragona, Silva et al., 2018) indicam os apuros enfrentados ainda no país de origem, pela degradação política, social e econômica (Baeninger et al., 2022; Ferreira et al., 2021).

Mirian, participante proveniente da Venezuela, foi a que mais apresentou experiências traumáticas antes de partir: suportou ferimentos graves, estupro, prisão, acidentes e assassinato de familiar. Foi forçada a se separar de membros da família, testemunhou violência contra outras pessoas, destruição de seus bens pessoais, não teve acesso à água, comida e moradia quando ainda vivia no país de origem. Ela assinalou no LiMEs o pouco auxílio recebido por parte do governo e de instituições de caridade, o acesso restrito a serviços de apoio psicológico, a cuidados odontológicos e médicos, solidão e aborrecimentos diversos. Além de ter sofrido com o assassinato de um filho por indivíduos armados que rondavam sua casa em razão da insegurança no país, ela também era vítima de violência doméstica, mostrando como tinha ficado deformado seu crânio por conta das agressões perpetradas por seu falecido esposo. A situação relatada evidencia a vulnerabilidade social, política e econômica vivenciada pela participante, em razão do desejo de se mudar do país.

Durante a viagem

A ponderação das situações desafiadoras na fase da migração (Kirmayer et al., 2011) indicou maior fragilização psíquica em função da escassez de condições básicas de sobrevivência e hostilidade durante o trajeto (Aragona, Castaldo, et al., 2020; Aragona, Silva et al., 2018). Entre os participantes, 66,7% assinalaram que não mereciam aquela vida de penúria, caracterizada por longos períodos de privações, como foi o caso dos que percorreram a pé boa parte da rota Venezuela → Colômbia → Equador → Peru → Bolívia → Brasil.

A participante Jane foi a que mais amargou com eventos traumáticos durante a viagem e listou ter sido alvo de traumas como abuso físico, tortura, ter suportado desastres naturais, perda de familiares e amigos por assassinato, foi forçosamente separada da família e testemunhou violência a outras pessoas. Sofreu privações materiais e pobreza, sobrevivendo com falta de água, comida, moradia e abrigo adequados, escasso acesso a instituições de caridade, a serviços de apoio psicológico, médico e odontológico. Entre os eventos discriminatórios, passou por entrevistas traumatizantes, atrasos no processamento dos pedidos de imigração, preconceito étnico-racial, demora na consideração de seu pedido de asilo, não teve suas qualificações profissionais reconhecidas e recebeu oferta de emprego sem condições trabalhistas satisfatórias.

Paula também assinalou traumas no deslocamento até o Brasil, relatando o abuso sexual perpetrado por um agente de segurança em um ônibus na Bolívia, que no momento da checagem do veículo quis tocá-la intimamente, levantando sua saia, demonstrando nesse relato a banalização do assédio e das diversas violências ligadas à segregação e xenofobia aturadas por essa população.

O item “discriminação étnico-racial” foi marcado por metade dos participantes, indicando para a intolerância de locais para com venezuelanos como uma das consequências do êxodo migratório. Mohor (2021) reporta o protesto anti-imigração que ocorreu em 25 de setembro de 2021 na cidade de Iquique, no Chile, onde se fez presente a violência física e os cartazes nacionalistas nos quais se lia “venezuelanos sujos saiam do nosso país” e “os direitos humanos são para os chilenos”. Tal movimento nativista, reacendido nos Estados Unidos na época *trumpista* e replicado no Brasil no governo Bolsonaro, retrata o alastramento do movimento de extrema direita na América Latina. Até mesmo alguns dos migrantes entrevistados defendiam o nacionalismo intolerante ao multiculturalismo, expressando a defesa da restrição das fronteiras e do deslocamento em massa e irregular, entendendo que os não nativos ameaçavam a segurança, a economia e a identidade étnico-cultural nacional (Saturnini, 2022).

Assumindo o discurso segregador, Ricardo disse não ter cruzado a fronteira por Pacaraima porque os venezuelanos não gozavam de “boa fama” (sic), distanciando-se do coletivo para ser reconhecido como cidadão digno, com perfil profissional necessário no mercado ocupacional e completamente adaptado à cultura, contou da sua vinda para o Brasil, quando se fixou no Equador com a família, mas precisou sair daquele país, pois “outros venezuelanos chegaram e começaram a roubar”, momento em que “aumentou a tensão contra nós” (sic). Falando sobre seus planos para quando chegasse na cidade de Cascavel-PR (destino final), o participante disse querer morar “bem longe” (sic) dos venezuelanos, deixando clara a hostilidade vivida pela população migrante e o desejo de distanciamento de seus conterrâneos como modo de ser bem-aceito no novo país.

Após a chegada no Brasil

No estágio pós-migratório, a vulnerabilização social se evidenciou majoritariamente através das “dificuldades de vida” (Aragona, Castaldo et al., 2020; Aragona, Silva et al., 2018), destacando-se os entraves sociais, obstáculos para integrar-se à nova sociedade e adaptar-se a novos hábitos, nova língua e cultura. Embora provenientes da América Latina e apresentando nível bom ou ótimo de compreensão do idioma português, temiam a estigmatização, a expatriação, o maltrato ou discriminação (Kirmayer et al., 2011), ou mesmo terem de pagar pelo atendimento médico (Castelli et al., 2020). Entre os entrevistados, apenas Mirian relatou ser acompanhada em seu problema no Sistema Único de Saúde (SUS), onde recebia tratamento para sua doença renal e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

O item “discriminação étnico-racial” teve mais expressividade na fase migratória (50%) quando comparado com a pós-migração (25%); sobre o acolhimento brasileiro a outros povos, Mirian relatou com saudosismo o período alegre que morou com uma família local, cuja vivência de apoio lhe proporcionou bem-estar. Embora seja o suporte social um fator protetivo à saúde mental do migrante (Galina et al., 2017), constatou-se a ausência de uma política pública de acolhimento ou de incentivo à inserção ocupacional voltada para os imigrantes na fronteira Brasil-Bolívia.

Acerca do sofrimento psicológico (Tabela 1) informado, cinco sentiam “sempre” insegurança, tristeza e angústia por conta da situação de desemprego; já no que tange ao sofrimento social, a questão com mais expressividade foi o item 9 (“É difícil fazer novas amizades quando se está desempregado/a”), marcado por sete participantes (58%), demonstrando a urgência de políticas voltadas para a integração social e econômica de imigrantes como forma de favorecer a saúde mental.

Tabela 1*Sofrimento psíquico de migrantes internacionais na cidade de Corumbá, MS*

Questão	Sentimento avaliado	“Nunca” e “Raramente”	“Às vezes”, “Com frequência” e “Sempre”
1	Insegurança	5 (42%)	7 (58%)
2	Estresse	5 (42%)	7 (58%)
3	Vergonha	3 (25%)	9 (75%)
4	Tristeza	4 (33%)	8 (67%)
5	Ansiedade	4 (33%)	8 (67%)
6	Medo	5 (42%)	7 (58%)
7	Desânimo	6 (50%)	6 (50%)
8	Angústia	4 (33%)	8 (67%)

Nota: Elaborada por Echeverria e Figueiredo (2022), baseada na EAPSTD.

Embora Castel (1997) ressalte que a qualificação profissional e a familiaridade com o idioma podem constituir-se em fatores capazes de distanciar o migrante da zona de desfiliação, Henrich et al. (2021) apontam para a inserção precária de migrantes no mercado laboral brasileiro, cuja qualificação dificilmente é reconhecida, recebendo salários insuficientes e sendo violados em seus direitos. Os participantes do caso 1 expressaram, no geral, desilusão, à medida que as condições que encontraram ao chegar ao país eram distintas das que acreditavam encontrar quando elegeram o Brasil como destino migratório.

A experiência na região Norte

A pesquisa realizada na cidade de Porto Velho, Rondônia, investigou a trajetória dos migrantes e refugiados em busca de trabalho na Amazônia, os principais serviços de apoio às dificuldades de inserção no mercado de trabalho local, como, também, as dificuldades no acesso aos direitos humanos básicos no Brasil.

Considerando a garantia de direitos básicos que preconiza a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), a cidade de Porto Velho-RO, enquanto parte da região Amazônica fronteiriça, encontra dificuldades de oferecer uma rede de apoio comprometida com os migrantes que

chegam de Roraima e/ou Manaus em busca de trabalho e/ou de passagem para o sudeste e/ou sul do Brasil. Atualmente, a capital de Rondônia conta com algumas instituições, em sua grande maioria não governamentais, que por meio de ações tendentes ao assistencialismo acabam por personificar o serviço de apoio ao migrante local. Em contrapartida, em 2020, o Sistema Nacional de Emprego (SINE), em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência e do Desenvolvimento Social (SEAS) e a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), viabilizaram a implementação da Central de Informação aos Migrantes e Refugiados como um serviço, em rede, de promoção e proteção dos direitos desses recém-chegados, migrantes e/ou refugiados no Brasil, que precisam regularizar suas documentações de forma gratuita. Para solidificar o papel do Estado nessa frente de atuação, o Centro de Informação foi uma conquista para a capital, que, na prática, vinha sendo amparada majoritariamente por instituições como o Serviço Pastoral dos Migrantes, Caritas Brasileira e Casa de Passagem Esperança, mantida pela Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), serviços institucionalizados dentro do terceiro setor que realizam serviços de apoio ao migrante, mas que acabam protagonizando um trabalho, em teoria que deveria ser responsabilidade do Estado.

Embora a região conte com várias instituições organizadas para o acolhimento e proteção das necessidades básicas dos migrantes e refugiados, 57% dos participantes do estudo pretendiam ir embora do estado e 43% deles queriam permanecer na região. O grupo que não pretendia permanecer na cidade tinha entre um e 36 meses no local; já entre os que pretendiam ficar na região, estavam de três meses a um ano em Porto Velho. Os que estavam há mais tempo na cidade demonstravam estar em processo de integração com a sociedade local.

Sobre os dados sociodemográficos dos 14 migrantes e refugiados, seis eram homens e oito eram mulheres, oito tinham idades entre 23 e 57 anos, tendo oito deles mais de 33 anos de idade e menos de um ano na cidade. Em relação ao país de origem, nove deles eram venezuelanos, três eram cubanos, um era haitiano e um era boliviano. Os migrantes provenientes de Cuba apresentaram maior escolaridade entre outros participantes, e na média os homens tinham maior escolaridade do que as mulheres. Para os que apresentaram ensino superior completo, nem sempre os caminhos para a revalidação dos certificados é uma opção possível, como discorre Gallieta (2020), na prática a revalidação de certificados internacionais ainda finda por ser um processo extremamente burocrático e oneroso, o que se torna inviável para um perfil de migrantes que já adentraram em território estrangeiro em condições de vulnerabilidade.

Na comparação da ocupação profissional no país de origem com as atividades exercidas no Brasil (Figura 2), observa-se a existência de policiais, de pessoas formadas em tecnologia petroleira, veterinária, medicina bioenergética natural, uma com curso incompleto em administração tributária, além de duas que declararam estar em situação de desemprego. Após a chegada ao Brasil, todos passaram a exercer algum tipo de serviço remunerado, entretanto, em comparação aos serviços desempenhados ainda nos seus países de origem, as oportunidades de subsistência no novo mercado de trabalho se resumiam em realizar diárias, serviços de limpeza, em sua maioria, conseguiam somente vínculos informais. Mesmo tendo nível superior completo e/ou incompleto não conseguiram validar seus certificados, em cursos superiores e/ou profissionalizantes, assim como a dificuldade de comunicação e adaptação na cultura brasileira aparecem como impedimentos diretos no caminho que essas pessoas levam para se inserir no mercado de trabalho local.

Figura 2

Ocupação no país de origem e atividades desenvolvidas no Brasil

Nome fictício	Ocupação anterior	Ocupação no Brasil
Laura	Cabeleireira	Diárias, venda de alimentos
Johnny	Soldador	Soldador por diárias
Jacob	Pintor, auxiliar de cozinha	Diárias
Edward	Policia	Diárias no início e atualmente carteira assinada
Vanessa	Vendas	Diárias em lanchonete
Joana	Desempregada	Doméstica, vínculo informal em restaurante
Migueline	Cuidado de roupas	Diárias
Rafael	Policia, artista	Uber, associação não governamental
Carlos	Motorista	Bicos, diárias
Silmara	Enfermeira	Ajudante de cozinha
Mariana	Massagista	Desempregada
Maria	Ajudante de cozinha, massagista, segurança, comerciante	Desempregada
Juan	Operador de cargas pesadas	Construção civil por diárias
Viviana	Desempregada	Desempregada

Nota: Elaborada por Santos e Schlindwein (2022).

A situação da legalização dos migrantes e/ou refugiados era a seguinte: 12 estavam na condição de legalizados, com a carteira de trabalho, um encontrava-se em processo de legalização e outro estava irregular ainda no Brasil. Com relação à moradia, cinco relataram

que estavam pagando aluguel, três destes disseram que chegaram a morar na rua e albergues. Um tem casa própria, três residiam temporariamente na Casa de Passagem Esperança e dois não responderam. Quanto à renda, três disseram ganhar até 500 reais, três de 500 a 1.000 reais, quatro de 1.000 a 1.500, três de 2.500 a 3.000 reais e um relatou ganhar acima de 3.000 reais por mês.

Das motivações para a migração, entre as mulheres, estavam: acompanhar o companheiro; preocupação com o estudo dos filhos; condições de moradia; e busca de trabalho. Já os homens descreveram fatores que envolviam circunstâncias socioeconômicas, políticas e precárias das condições de trabalho no estado de origem. A saída do país foi, principalmente, motivada por razões que envolvem crises econômicas, políticas, principalmente a busca por trabalho.

Os migrantes/refugiados relataram muitas dificuldades para acessar seus direitos no Brasil (Figura 3); a maioria relatou que não teve seus direitos trabalhistas garantidos e/ou desconheciam quais são esses direitos. Foi possível identificar situações em que o trabalhador se sentiu desrespeitado dentro da relação com o empregador, desvalorizado quanto ao valor recebido pelo trabalho/diária, explorado para fazer mais do que o combinado e até mesmo submetido a condições extremas de descaso. Exemplo disso é o caso de Johnny, que trabalhou por seis meses em uma draga de garimpo na região Amazônica; lesionou-se gravemente por conta do serviço precarizado e não recebeu nenhum tipo de auxílio ou cuidado do empregador, pelo contrário, como ele conta em um determinado momento: *“ele mandou eu sair quase como se eu fosse um bicho”, “era quase como se fosse escravidão”, “ele ficou bravo quando disse que eu iria embora”* (Johnny).

Observa-se que as oportunidades são acompanhadas de exploração e cerceamento de seus direitos, denunciando, também, a perversidade de empregadores que enxergam no migrante uma mão de obra barata, utilizando de sua vulnerabilidade para submissão a condições irregulares e insalubres. Além de não terem garantidos seus direitos básicos, os trabalhadores são expostos a trabalhos precários, insalubres e sem proteção e alocados nos serviços de “diárias”.

Na condição de desempregado no Brasil ainda enfrentam dificuldades na adaptação, cultura, comunicação e nos rompimentos dos vínculos como a família, que permanece noutro país. Todos, de alguma forma, tiveram que deixar suas famílias e suas trajetórias para trás para recomeçar. Rafael diz que *“Sentiu muita impotência, sentimentos negativos por estar sem trabalhar. A principal barreira é o idioma, não conseguir se comunicar. As pessoas podem não estar com paciência e logo dizem: ‘O que você quer?’”*. Jacob expressa como *“É*

difícil conseguir emprego, se apresentar, é preciso andar muito pela cidade para conseguir algum trabalho”; já Vanessa relata as dificuldades: “Não foi muito fácil conseguir emprego, deu sorte trabalhando como diarista em uma lanchonete por um tempo”.

A situação enfrentada pelos migrantes/refugiados é um dos desafios apontados pela OIT (2021), pois os postos de trabalho ocupados pelos trabalhadores, geralmente, são empregos temporários, informais ou desprotegidos, expondo-os ao maior risco de insegurança, demissões e deterioração das condições de trabalho.

Figura 3

Sistematização entre migrantes/refugiados de direitos assegurados no trabalho no Brasil

Nomes fictícios	Teve algum direito assegurado
Laura	Não, apenas o suficiente.
Johnny	Não, recebia diárias de 150, 200 reais, também por porcentagem. Me machuquei na draga, cortei a cabeça e não recebi nenhum auxílio do empregador, não recebi nenhum tratamento no machucado. Ele mandou eu sair quase como se fosse um bicho, era quase como se fosse escravidão, ele ficou bravo quando disse que eu iria embora.
Jacob	Não, senti que recebia pouco por meu trabalho.
Edward	Sim, me senti assegurado. Mas sabe que a maioria das pessoas não tem essa sorte.
Vanessa	Não, me senti explorada, recebi pouco pagamento.
Joana	Não sei, somente tive vínculos informais.
Migueline	A última chefe me tratava mal, fazia trabalhar em suas duas casas, mas só pagava uma diária. Ela falava coisas feias que eu não gostava. Me sentia desrespeitada.
Rafael	Sim, tive boas condições de trabalho com carteira assinada, mas, como uber (informal), trabalhava por conta própria.
Carlos	Sim. Faço bicos, todo tipo de trabalho, mas na informalidade.
Silmara	Não, tinha contrato, mas não ficou muito tempo.
Mariana	Não consegui trabalho ainda.
Maria	Não consegui trabalho ainda.
Juan	Recebia pouco, 10 horas de trabalho por 70 reais.

Nomes fictícios	Teve algum direito assegurado
Viviana	Não conseguiu trabalho ainda.

Nota: Elaborada por Santos e Schlindwein (2022).

Por último, as redes de apoio aos migrantes na região Norte vem das organizações não governamentais (ONG) e/ou de instituições públicas e representam referências para o acolhimento durante o processo de busca de refúgio para regularização da documentação no Brasil. Em Porto Velho, há algumas instituições que oferecem serviços e orientações para solicitação de refúgio, a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), residência ou naturalização de documentos, busca de auxílios e outras necessidades como saúde, educação, assistência social e trabalho. O Centro de Informação para Pessoa Migrante e/ou Refugiado é o local mais acessado de acordo com os participantes, seguido da Polícia Federal, órgão que encaminha a emissão da carteira de trabalho e, também, às instituições de saúde pública, sendo elas, UPAs e UBSs. Assim, as poucas instituições oferecidas de apoio ao migrante na região Norte pretendem garantir direitos humanos básicos, também registrar violações que podem ir desde os riscos materiais, como a impossibilidade de acesso à educação, ao trabalho, à saúde e à renda.

Discussão

Embora a ampliação e garantia de direitos seja assegurada com a promulgação da lei nº 13.445/2017, que institui a Lei da Migração (Brasil, 2017), a qual estabelece a política migratória pautada na plena garantia de direitos humanos, ressaltando o combate contra formas de xenofobia e exclusão, assim como o direito a uma inclusão promovida a partir de políticas públicas que asseverem o acolhimento humanitário e igualitário, no real acesso às oportunidades de emprego, saúde, construção e reconstrução de seus lares, as duas pesquisas alertam para uma realidade permeada por extrema vulnerabilidade social antes, durante e na chegada ao norte e ao centro-oeste do Brasil.

Em razão da crescente tensão do cenário político-social-econômico e da crise humanitária que tomou conta da América Latina nos últimos anos, especialmente venezuelanos e haitianos têm se deslocado para o Brasil (Observatório das Migrações Internacionais [OBMigra/OIM], 2021), ganhando estatuto de refugiados e, portanto, proteção internacional, além de proteção geral dos direitos humanos conforme a aplicação de normas

internas do país (Agência da ONU para Refugiados [UNHCR/Acnur], 2021). Diferente dos refugiados, a proteção aos direitos básicos dos migrantes nem sempre ocorre, estando sujeitos a sofrer violações e riscos materiais, assim como dificuldades no acesso à educação, ao trabalho decente, à saúde e à renda.

A fragilização psíquica das pessoas em deslocamento está ligada não somente à jornada arriscada e penosa, mas também à situação temporária e clandestina de trabalho, caracterizando uma instável condição de sobrevivência econômica. Como debatido por Pussetti (2010), diferente da ideia veiculada de pessoas naturalmente nervosas, desajustadas e propensas a desenvolver transtornos mentais, o sofrimento psíquico-social de migrantes carece de compreensão sensível e intercultural, que viabilize a expressão do pavoroso e a articulação de ações frente à marginalização, à falta de emprego, à precariedade de vida (Renault, 2008), assim como as inúmeras violências (Bhugra, 2004; Kirmayer et al., 2011) experienciadas no processo de mudança e de acomodação para um novo lugar de viver.

A presença venezuelana na região de Corumbá e Porto Velho evidencia a necessidade de se entender as experiências no processo migratório e a inserção ocupacional precária no novo país, aspectos capazes de fragilizar a saúde mental de pessoas em processo de deslocamento. Sobre isso, as duas pesquisas indicam a vivência de preconceito, desconfiança e ameaça do imigrante venezuelano no Brasil, além de uma condição de vida escassa, também reportada na Plataforma Regional de Coordenação Interagências para Refugiados, Refugiadas e Migrantes da Venezuela - R4V (2023), a qual indica que em 76% dos domicílios há insegurança habitacional, em 52% há insegurança alimentar por falta de recursos financeiros, em 21% falta colchão para dormir, e em 34% delas algum membro já tinha sofrido discriminação por ser estrangeiro.

Conforme também apontado por Silva e Pessoa (2023), os vínculos empregatícios e a inserção profissional de venezuelanos no Brasil se davam de modo insuficiente. Os dados da R4V Brasil (2023) demonstram a taxa de 39% de migrantes desempregados no país, para 40% que se encontram em trabalhos com ou sem vínculos trabalhistas, 17% já tinham sido ludibriados no espaço laboral e 29% tinham trabalhado sem receber o pagamento acertado, apontando para a frágil inserção ocupacional e a exploração de migrantes, mesmo quando portam a documentação necessária e estão em situação regular no país.

Conforme Sawaia (2009), do ponto de vista psicológico, os migrantes e/ou refugiados vivenciam a segregação social levando a um sofrimento de caráter ético-político e social, pois o processo impetuoso reprodutor de relações de poder e de desigualdades sociais afronta a existência humana digna e o direito à mobilidade, impedindo a satisfação do desejo de

reconstrução da vida e impondo diferentes formas de humilhação. Considerando que a identidade pessoal e a autonomia são oportunizadas pela deferência social, pela legitimação de direitos e relações afetuosas, as situações de vexame, subserviência, exclusão, marginalização ou traumatizantes expressam a falta de reconhecimento dessa população, essencial para a integração na sociedade de forma digna (Honneth, 2003; Schumacher & Salum, 2017).

Ainda conforme Honneth (2003), a possibilidade de ser reconhecido por sua contribuição a um grupo unido por laços solidários e saberes compartilhados, guiado por noções e valores em comum, favorece o apreço, a admiração e o respeito. Também Dejours (2022a, 2022b) enfatiza a importância do ato de trabalhar, que representa um elo importante no processo de socialização do sujeito na sociedade, contribuindo na constituição subjetiva do trabalhador. A ação humana de trabalhar mobiliza as individualidades e os laços sociais estabelecidos, no plano individual e coletivo, sendo central para a formação da identidade e para a saúde mental; no que se refere a relações de gênero, possibilita a superação das desigualdades, repercutindo não somente na economia financeira, bem como na afetividade e na sexualidade. No entanto, se o trabalho é cenário de intensas vivências, então a perda dele poderá significar um abalo de todos os sonhos e projetos, representando um risco à sobrevivência de si mesmo e da família.

Os dois estudos realizados (norte e centro-oeste) demonstram que a inserção no mercado de trabalho para os indivíduos que migram para o Brasil é permeada por dificuldades, especialmente na chegada, pois raramente são considerados qualificados e suas bagagens culturais e profissionais acumuladas no país de origem não são reconhecidas. Acrescido a isto impõe-se um cenário de fragilização psíquica das pessoas em deslocamento, ligada não somente à jornada arriscada e penosa, mas também à situação de clandestinidade e à instável condição de sobrevivência econômica, como da separação familiar, assim como de possíveis traumas antes, durante e após a viagem.

Quando o trabalho e/ou a falta dele levam a um esforço permanente de pessoas a uma existência de “sobrevivencialismo”, processo caracterizado pela busca permanente de preservação da própria vida, sem permitir construção identitária através do reconhecimento social, enquanto trabalhador, nem tampouco a possibilidade de sentir pertencente a um coletivo de trabalho, há riscos iminentes de um sofrimento psicológico de caráter ético-político, reproduzidor de desigualdades sociais, injustiças e situações de pobreza e insegurança social (Sawaia, 2009). A segregação, hostilidade e racismo enraizadas e reportadas por migrantes nas duas regiões brasileiras são questões que dificultam a inclusão

ocupacional, assim como a consequente sensação de pertencimento e integração ao novo país (Sayad, 1998).

Embora as cidades de Corumbá e Porto Velho contenham importantes redes de apoio, os participantes apontam para a dificuldade em se estabelecer um serviço interligado e consonante nos serviços de acolhimento oferecidos ao migrante internacional, que geralmente chega ao país em situação de extrema vulnerabilidade. Por mais que as instruções fornecidas dentro da rede sejam um indicativo de avanço no atendimento a essa população, nem todos conseguem abrigo ou moradia provisória. A ambientação dos espaços ao redor de rodoviárias e principais avenidas das duas cidades expressa a falta de alternativas de muitas dessas pessoas, passando dia e noite nas ruas, à espera por condições de sobrevivência que nunca chegam (Morales, 2020).

A dificuldade em romper com a lógica do assistencialismo e a implementação de estratégias que de fato protejam os direitos daqueles que se encontram em deslocamento internacional, para além de prover as necessidades mais urgentes, são grandes desafios para as instituições que têm personificado esse acolhimento. Serviços como a Central de Informação aos Migrantes e Refugiados em parceria com a Universidade Federal de Rondônia - UNIR e Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social de Rondônia - SEAS/RO, em parceria com o Sistema Nacional de Emprego (Sine) estadual, assim como a Casa do Migrante, o Comitê Municipal de Atenção aos Imigrantes, Refugiados e Apátridas (Comaira) e o Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (Migrafron) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul demonstram uma apropriação inicial por parte do estado frente o fluxo migratório internacional que vem acontecendo na região. Organizações como essas fortalecem a rede e auxiliam em melhor cobertura dessa população.

Considerações Finais

Classificados como migrantes vulneráveis (OIM, 2021), as pessoas estudadas no norte e no centro-oeste brasileiro estavam impossibilitadas de desfrutar de maneira efetiva de seus direitos humanos fundamentais, como a educação, a saúde, a alimentação e o trabalho decente, estando mais expostas à violência, à exploração e ao abuso físico-mental. Conforme o Guia de Proteção Comunitária para Pessoas Indígenas Refugiadas e Migrantes (Acnur, 2021), a classificação de um indivíduo como socialmente vulnerável aumenta as chances de ele ser submetido à precarização de seus direitos humanos básicos, violações que podem ir

desde os riscos materiais até a impossibilidade de acesso à educação, ao trabalho, à saúde e à renda.

Inseridos, geralmente, em trabalhos temporários e sem vínculo contratual estável, os migrantes que participaram dos estudos eram assolados por condições precárias de existência, muitas vezes reproduzindo as necessidades vivenciadas no país de origem. A difícil colocação em empregos justos, com salários suficientes para a garantia de uma vida digna, é atravessada pela discriminação e estigmatização e dificulta a integração ao Brasil, país com muitas carências e contradições no campo dos direitos humanos. Ainda, a inserção em postos marginais colabora para a exclusão social, e concorre para a perpetuação de dificuldades de vida e pobreza.

A alternância entre o desemprego e o subemprego designa um modo de existência sem temporalidade contínua e representa um risco inerente à existência humana. A fragilidade do vínculo contratual, característico da condição de precarização e vulnerabilidade social, simboliza a dificuldade de conseguir um trabalho, mesmo instável ou atípico, e ressalta a necessidade de estratégias de enfrentamento à discriminação por parte de órgãos e profissionais que lidam com pessoas em situação de risco. Para isso, há necessidade de incluir a escuta de imigrantes e refugiados ao próprio delineamento das medidas que visam a redução dessa vulnerabilidade, entendendo suas reais necessidades e instrumentalizando-os para a garantia de direitos (Acnur, 2021).

Reafirma-se, assim, a carência de um olhar intercultural psicodinâmico na chegada e integração dessas pessoas, momento em que se faz necessária a escuta qualificada do sofrimento, através de uma postura ética, empática, adequada e afetiva, que não naturalize o lugar de trauma e de patologização, e rompa com o silenciamento através da retomada da capacidade discursiva e desejante.

Embora existam redes de apoio sendo organizadas na Amazônia e na região fronteira Brasil-Bolívia pelo setor governamental e por organismos do terceiro setor, o acolhimento dos imigrantes ainda é falho no atendimento das necessidades básicas, sendo insatisfatórias as informações dadas aos que chegam, que precisam de orientações para instrumentalizar a regularização de sua documentação, meio através do qual podem requerer direitos tão recorrentemente violados, como o acesso à assistência médica e psicológica, benefícios sociais, escolas, emprego e habitação. Restam, ainda, desafios a serem enfrentados, como a integração entre as diferentes comunidades; a luta contra as diferentes formas de preconceito, estigmatização e isolamento; a adaptação ao clima e ao idioma; o desenvolvimento da

autonomia; o desconhecimento do mercado de trabalho e a integração profissional na área de atuação (e desejo) dos imigrantes.

Os estudos sobre migração em dois estados brasileiros trazem em seu bojo problemas contemporâneos e globais quanto à garantia de um emprego decente capaz de assegurar uma existência digna e propícia ao bem-viver a todos. O cenário de insegurança agravou-se com o período pandêmico e pós-pandêmico e demanda a retomada de uma política migratória pautada na plena garantia de direitos humanos, no constante combate contra formas de xenofobia e exclusão, assim como urge o fortalecimento de uma rede que se empenhe em endossar o acolhimento humanitário aos que migram. A questão da migração e/ou refúgio é um desafio global e apesar de cada país ter suas vulnerabilidades e possibilidades de acolhimento, outrossim suas consequências devem ser enfrentadas com políticas sociais capazes de minimizar os efeitos negativos a todos que buscam condições de vida e trabalho dignas.

Neste sentido, os estudos realizados nas duas regiões brasileiras contribuem para o aprofundamento de conhecimentos, limitações e avanços na política brasileira para migrantes e/ou refugiados em busca de trabalho. Por fim, é necessário ampliar e fortalecer a atuação do psicólogo, no entendimento da subjetividade e os efeitos nocivos da situação de desemprego na vida psíquica dos trabalhadores migrantes/refugiados, assim como da importância de validar intervenções que possam oferecer uma escuta do sofrimento psíquico dos que se encontram excluídos e na condição de desfiliação, precarização e vulnerabilidade social do mundo do trabalho.

Referências

Appleyard, R. T. (1991). *International migration: Challenge for the nineties*. Genevoise.

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2021). *Guia de referência para o trabalho social com a população indígena refugiada e migrante*.

<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/10/WEB-Guia-de-referencia-para-o-trabalho-social-com-a-populacao-indigena-refugiada-e-imigrante.pdf>

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiado, & Organização Internacional para as Migrações. (Coords.) (2022). *Análise conjunta das necessidades (JNA) dos refugiados e migrantes venezuelanos no Brasil*. Plataforma Regional de Coordenação

Interagências para Refugiados, Refugiadas e Migrantes da Venezuela.

https://www.r4v.info/sites/default/files/2022-04/AnaliseConjNec_Final.pdf

- Amaral, A. P., & Zephyr, M. F. N. (2016). Análise do fluxo migratório de haitianos em Campo Grande - MS. In A. H. A. Urquiza (Org.), *Fronteiras dos direitos humanos: Direitos humanos nas fronteiras*. UFMS.
- Aragona, M., Castaldo, M., Cristina Tumiat, M., Schillirò, C., Dal Secco, A., Agrò, F., & Mirisola, C. (2020). Influence of post-migration living difficulties on post-traumatic symptoms in Chinese asylum seekers resettled in Italy. *International Journal of Social Psychiatry*, 66(2), 129-135. <https://doi.org/10.1177/0020764019888960>
- Aragona, M, Pucci, D., Roma, P., Aprigliano, A., da Silva, E. T. C., Urbinati, S., Zakeri, S., Frabotta, P., & Pisani, R. (2014). LiMEs (List of Migration Experiences): Construção e validação de uno strumento per valutare le esperienze traumatiche e le difficoltà di vita in contesti migratori. In S. Geraci, M. Aragona, & M. Mazzetti (Eds.), *Quando le ferite sono invisibili vittime di tortura e di violenza: Strategie di cura* (pp. 106–118). Pendragon.
- Aragona, M., Silva, E. T. C. da., Souabni, F. A., Mazzetti, M., & Geraci, S. (2018). Translation and cultural adaptation of the Arabic version of the List of Migration Experiences (LiMEs). *Dialogues in Philosophy, Mental & Neuro Sciences*, 11(1), 12-18. https://www.researchgate.net/publication/324890247_Translation_and_cultural_adaptation_of_the_Arabic_version_of_the_List_of_Migration_Experiences_LiMEs
- Araujo, A. P., & Coimbra, L. (2015). Bolivianos no Brasil: Migração internacional pelo corredor fronteiriço Puerto Quijarro (BO)/Corumbá (MS). *Interações*, 16(1), 131-141. <http://dx.doi.org/10.1590/1518-70122015111>
- Baeninger, R., Demétrio, N. B., & Domeniconi, J. de O. S. (2022). Directed migrations: State and venezuelan migrations in Brazil. *Revista Latinoamericana de Población*, 16(30), 1-29. <http://doi.org/10.31406/relap2022.v16.e202113>
- Bartlett, L., & Vavrus, F. (2017). Comparative case studies. *Educação & Realidade*, 42(3), 899–920. <https://doi.org/10.1590/2175-623668636>
- Bhugra, D. (2004). Migration, distress and cultural identity. *British Medical Bulletin*, 69(1), 129-141. <https://doi.org/10.1093/bmb/ldh007>
- Bolassél, L. T., & Kristensen, C. H. (2018). *Tradução e adaptação cultural da escala List of Migration Experiences para o português brasileiro*. In Anais do 19º Salão de Iniciação Científica da PUCRS. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/sic/assets/edicoes/2018/arquivos/381.pdf>
- Castel, R. (1997). A dinâmica dos processos de marginalização: Da vulnerabilidade à “desfiliação”. *Caderno CRH*, 10(26/27), 19-40. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v10i26.18664>
- Castelli, A. C., Melo, B. D., Medeiros, C. P., Lima, C. C., Pereira, D. R., Serpeloni, F., Santos, F. D. dos., Binkowski, G. I., Mountian, I., Bartsch, J., Kabad, J. F., Kadri, M., Souza e

- Souza, M., & Magrin, N. P. (2020). *Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: Pessoas migrantes, refugiadas, solicitantes de refúgio e apátridas*. Fiocruz/CEPEDES. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41690>
- Castelli, F. (2018). Drivers of migration: why do people move?. *Journal of Travel Medicine*, 25(1), 1-7. <https://doi.org/10.1093/jtm/tay040>
- Cavalcanti, L., Oliveira, T., & Lemos Silva, S. (2023). *Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos: Pesquisa, dados e contribuições para políticas*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. OBMigra. https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relat%C3%B3rio%20Anual/Relat%C3%B3rio%20Anual%202023.pdf
- Corrêa, A. de S., Monteiro, M. A., Rippel, R., & Rodrigues, E. A. G. (2018). Fluxos migratórios no estado de Mato Grosso do Sul (1970-2010). *Interações*, 19(2), 325-341. <https://doi.org/10.20435/inter.v19i2.1599>
- Coutinho, M. da P. de L., Rodrigues, I. F., & Ramos, N. (2012). Transtornos mentais comuns no contexto migratório internacional. *Psico*, 43(3), 400-407. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/10512>
- Dejours, C. (2011). Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman & L. Sznalwar (Orgs.), *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (pp. 57-123). Paralelo 15/ Editora Fiocruz.
- Dejours, C. (2022b). *Trabalho vivo I: Sexualidade e trabalho* (F. Soudant, Trad.; 2a ed.). Blucher.
- Dejours, C. (2022a). *Trabalho vivo II: Trabalho e emancipação* (F. Soudant, Trad.; 2a ed.). Blucher.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2016). *Caderno metodológico observatórios do trabalho: Conhecer para transformar*. <https://www.dieese.org.br/metodologia/2016/cadernoMetodologicoObservatorio.html>
- Echeverria, K. S. da S. A. (2023). *Sofrimento psíquico e social de trabalhadores migrantes na fronteira Brasil-Bolívia* [Dissertação de mestrado, Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul]. <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6731>
- Echeverria, K. S. da S. A., & Figueiredo, V. C. N. (2022). *Antes de partir: Violações de direitos denunciadas por migrantes internacionais*. In Anais do XIX Congresso Internacional de Direitos Humanos (pp. 347-355). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS. https://cidh2022.files.wordpress.com/2023/02/anais_xix_cidh_2022.pdf
- Ferraz, G. A. V., & Oliveira, M. A. M. de. (2009). O Imigrante - Um estranho fora do ninho. In E. A. Costa, G. A. M. da Silva, & M. A. M. de Oliveira (org.), *Despertar para a fronteira*. UFMS.

- Ferreira, A. V. S., Lodetti, M. B., & Borges, L. M. (2021). Recomeço: O sofrimento psíquico na imigração involuntária e a política de inclusão nas universidades brasileiras. *REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 29(63), 141–158. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006309>
- Galina, V. F., Silva, T. B. B. da., Haydu, M., & Martin, D. (2017). A saúde mental dos refugiados: um olhar sobre estudos qualitativos. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 21(61), 297–308. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0929>
- Gallieta, G. F. (2020). A revalidação de diplomas estrangeiros como ferramenta para o reconhecimento social e a integração local de refugiados. *Anais do IV Seminário Nacional de Sociologia da UFS*. Aracaju, SE. Universidade de Sergipe.
- Giulia, C., Galletta, M., & Giovanni, C.M. (2018). Mental health problems and risks in refugees during migration processes and experiences: Literature overview and interventions. In J. Santos, & J. Cutcliffe (eds), *European psychiatric/mental health nursing in the 21st century. principles of specialty nursing* (pp. 571-585). Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-31772-4_41
- Henrich, P., Monteiro, J. K., Santos, A. S., & Gregoviski, V. R. (2021). Eu esperava mais do Brasil: Vivências no trabalho de imigrantes no Brasil. *Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho*, 1(54), 168–185. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/52501/34318>
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34.
- Jubilut, L. L. (Coord.). (2015). *Migrantes, apátridas e refugiados: Subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil*. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. <https://somosmigrantessite.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/01/pesquisa-mj-servic3a7os-e-direitos.pdf>
- Kirmayer, L. J., Narasiah, L., Munoz, M., Rashid, M., Ryder, A. G., & Guzder, J. (2011). Common mental health problems in immigrants and refugees: General approach in primary care. *CMAJ: Canadian Medical Association Journal*, 183(12), E959–E967. <https://doi.org/10.1503/cmaj.090292>
- Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. (2017). Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm
- Martins-Borges, L. (2013). Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 21(40), 151-162. <https://www.scielo.br/j/remhu/a/5ybFYzvWhw9K6TXFHY9QVpD/>
- Mesa-Vieira, C., Haas, A. D., Buitrago-Garcia, D., Roa-Diaz, Z. M., Minder, B., Gamba, M., & Franco, O. H. (2022). Mental health of migrants with pre-migration exposure to

- armed conflict: A systematic review and meta-analysis. *The Lancet Public health*, 7(5), e469–e481. [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(22\)00061-5](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(22)00061-5)
- MigraCidades. (2022). *Relatório de seguimento do município de Corumbá*. Organização Internacional para as Migrações (OIM; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)).
<https://www.ufrgs.br/migracidades/wp-content/uploads/2023/01/MigraSeg%E2%80%9393Corumba.pdf>
- Mohor, D. (2021). *Crise migratória sem precedentes dispara na América Latina*. CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/crise-migratoria-sem-precedentes-dispara-na-america-latina/>
- Morales, Ó. A. N. (2020). *Serviço social: os desafios das políticas públicas para as pessoas em situação de rua na cidade de Porto Velho*. [Trabalho de conclusão de curso, Centro Universitário Internacional Uninter]. <https://repositorio.uninter.com/handle/1/1073>
- Nogueira, M. L. M., Barros, V. A., Araujo, A. D. G., & Pimenta, D. A. O. (2017). O método de história de vida: A exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 466-485.
- O'Donnell, A. W., Stuart, J., & O'Donnell, K. J. (2020). The long-term financial and psychological resettlement outcomes of pre-migration trauma and post-settlement difficulties in resettled refugees. *Social Science & Medicine*, 262, 113246-113255. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2020.113246>
- Observatório das Migrações Internacionais. (2021). *Términos fundamentales sobre migración*. <https://www.iom.int/es/terminos-fundamentales-sobre-migracion>.
- Oltramari, A. P., Aerosa, J., Ferraz, D. L., & Franco, D. S. (2023). Sociedades do trabalho uberizado: O sonho do migrante permanece um pesadelo (2023). In f. Tozi, et al. (Org.), *Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais* (pp. 95-114). Max Limonad.
https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-35094468/documents/d62c7a732d0a4e9e96263d1d953eda72/OPD_Plataformas_Digitais-livro-TOZI-2023.pdf
- Organização Internacional do Trabalho. (2021). *Migração laboral aumenta em cinco milhões globalmente*. https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_809321/lang--pt/index.htm
- Organização Internacional para as Migrações, & Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes. (2023). *Migração venezuelana janeiro 2017 – janeiro 2023*. Plataforma Regional de Coordenação Interagências para Refugiados, Refugiadas e Migrantes da Venezuela [R4V].
<https://www.r4v.info/pt/document/informe-de-migracao-venezuelana-janeiro-2023>
- Pussetti, C. (2010). Identidades em crise: Imigrantes, emoções e saúde mental em Portugal. *Saúde E Sociedade*, 19(1), 94–113. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000100008>

- Renault, E. (2008). *Souffrances sociales: Philosophie, psychologie et politique*. La Découverte.
- Santos, L. B. dos. (2022). “*Trancista não é cabeleireira!*”: *Identidade de trabalho, raça e gênero em salões de beleza afro no Rio de Janeiro* [Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/60705/60705.PDF>
- Saturnini, R. C. (2022). *A extrema-direita e a imigração em Portugal: Análise do discurso do Chega*. [Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa]. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/27042/1/master_rafael_calado_saturnini.pdf
- Sawaia, B. B. (2007). Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/ Inclusão. In *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97- 118). Vozes.
- Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364–372. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>
- Sayad, A. (1998). *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. Edusp.
- Schumacher, A. A., & Salum, G. C. (2017). Reconhecimento social e orientação de políticas para migrantes e refugiados. *RIDH*, 5(1), 17-36.
- Silva, F. F. da, & Pessoa, M. C. B. (2023). Inserção no mercado de trabalho brasileiro por venezuelanos: Uma revisão integrativa. *Trabalho (En)Cena*, 8(Contínuo), e023002. <https://doi.org/10.20873/2526-1487e023002>
- Spitzer, R. L., Kroenke K., Williams, J. B. W., & Patient Health Questionnaire Primary Care Study Group. (1999). Validation and utility of a Self-report Version of PRIME-MD: The PHQ primary care study. *JAMA*, 282(18), 1737–1744. <https://doi.org/10.1001/jama.282.18.1737>
- Veiga, H. M. S., & Silva, N. I. A. (2007). Construção de escala para avaliar sofrimento psíquico-social de trabalhadores desempregados. *Avaliação Psicológica*, 6(1), 13-20. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712007000100003&lng=pt&tlng=pt.
- Viana, A. R. (2020). Refugiados no mercado de trabalho brasileiro. In A. R. Viana. *A mediação do refúgio no Brasil (2010-2018)* (pp. 87-106). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10194/1/RefugiadosMercaTrabaBrasil.pdf>
- Vidal, J. P. (2013). Metodologia comparativa e estudo de caso. *Papers do NAEA*, (308). <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/viewFile/11320/7790>

- Villen, P. (2015). O trabalho forçadamente indocumentado e institucionalmente silenciado: A imigração dos "periféricos emergenciais" para o Brasil. *Revista da ABET*, 14(2), 186-198. <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/27949/15018>
- World Health Organization (2018). *Mental health promotion and mental health care in refugees and migrants: Technical guidance on refugee and migrant health*. WHO Regional Office for Europe. <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/342277/9789289053747-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos* (5ª ed.). Bookman.
- Zimmerman, C., Kiss, L., & Hossain, M. (2011). Migration and health: A framework for 21st century policy-making. *PLoS medicine*, 8(5), e1001034. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1001034>

Financiamento

O projeto de pesquisa *Sufrimento psíquico e social de trabalhadores migrantes na fronteira Brasil-Bolívia* recebeu apoio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) e foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS.

O projeto de pesquisa *Terra de Passagem: o impacto do desemprego a trabalhadores migrantes e/ou refugiados na Amazônia* foi realizado com apoio da Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério da Ciência e Tecnologia do governo federal brasileiro da Universidade Federal de Rondônia - UNIR/RO.

Informações sobre os autores

Vanessa Catherina Neumann Figueiredo

Endereço institucional: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - avenida Rio Branco, 1270, Sala G1 – Laboratório de Saúde Mental do Trabalhador
vanessa.figueiredo@ufms.br

Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schlindwein

vcastel@unir.br

Kamilla Sthefanie da Silva Araujo Echeverria

kamilla.araujo@live.com

Vinícius Eduardo Gama dos Santos

viniciusgamay@hotmail.com

Contribuição dos Autores	
Autor 1	Conceituação, escrita - primeira redação, revisão, investigação, supervisão e ajuste do artigo às normas da revista.
Autor 2	Conceituação, escrita - primeira redação, revisão, investigação, supervisão e ajuste do artigo às normas da revista.
Autor 3	Primeira redação, investigação, apresentação dos dados e validação dos dados apresentados
Autor 4	Revisão, análise, apresentação dos dados e ajuste do artigo às normas da revista.